

Oral; VI — Folclore Infantil; VII — Artes e Técnicas; VIII — Usos e costumes; IX — Lúdica X — Crendices e Superstições; XI — Estudos sobre o negro.

Não resta dúvida que a Profa. Colonelli soube bem propor uma classificação do fato folclórico, acompanhando, de certa maneira, a “classificação decimal do folclore” apresentada pelo Prof. Vicente Salles ao *Simpósio de Folclore Brasileiro* (São Paulo, 1967).

Talvez sejam oportunas algumas considerações como contributo para uma futura reedição.

Não me parece bem um título como Ciência do Folclore, já que renomados sociólogos e antropólogos põem em dúvida o caráter científico dos estudos folclóricos, pelo menos os levados a cabo em terras brasileiras. Naturalmente não estamos a fazer referências aos trabalhos de Manuel Diégues Jr., Carlos Rodrigues Brandão, Marina Marconi, Florestan Fernandes e outros.

Não seria oportuno que “Superstições ligadas à gravidez e parto” (item 8.1.a) fossem enquadradas em “Costumes relativos ao indivíduo”?

Não haveria que se repensar no item “Voduns” indicado como deuses africanos em termos de Brasil?

O sub-item “Lendas”, inserido na Literatura Oral, poderia ser subdividido para melhor facilidade de consulta.

Só resta esperar que a Profa. Cristina continue em sua faina e, em algum dia, possa publicar uma edição comentada, pelo menos de um setor, como já o fez com “Arte rupestre no Brasil — uma bibliografia anotada”, apresentada a uma reunião anual da SBPC.

Erasmu d’Almeida Magalães

\*

LIA FREITAS GARCIA FUKUI: *Sertão e Bairro Rural — parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo, Ática, 1979 (Ensaio, 58).

Alguém já assinalou, com certa dose de exagero e uma pitada de ironia, que os cientistas sociais estão concentrando suas investigações nas cidades, especialmente nas cidades universitárias. É óbvio que os antropólogos jamais se sentiriam atingidos por esta observação, pois o trabalho-de-campo realizado junto às sociedades de pequena escala tem sido o mais eficiente recurso através do qual vem se acumulando e refinando o saber antropológico. Visto deste prisma, o parentesco da Antropologia com as outras ciências sociais poderia ser caracterizado como mais ou menos distante, marcado talvez por laços de afinidade, nunca pelos de consangüinidade.

A elucidação dos complexos sistemas de parentesco desenvolvidos pelas sociedades primitivas sempre foi, aliás, o objetivo fundamental da Antropologia, e

não é por outra razão que o parentesco é hoje o domínio sobre o qual esta disciplina conseguiu obter os seus maiores êxitos.

Todavia, é extremamente agradável constatar que, em se tratando de estudos sobre o meio rural brasileiro, antropólogos e sociólogos, por exemplo, estreitam os laços que os unem, tornando-se assim verdadeiros primos em primeiro grau. Foi com este espírito que Lia Freitas Garcia Fukui escreveu *Sertão e Bairro Rural*, relato dos resultados alcançados pela autora após demoradas pesquisas realizadas entre sítios tradicionais em São Paulo e na Bahia.

O trabalho-de-campo e o estudo comparativo revelam-se à autora como os meios mais adequados na investigação da família e do parentesco nos grupos rurais tradicionais. Examinando os escassos e incompletos trabalhos voltados para a análise da família no contexto brasileiro, conclui a autora: "...o grupo familiar brasileiro é, em geral, do tipo patriarcal; é extenso na camada alta, restrito nas demais camadas; uma rede de relações envolve grande número de parentes em todas as camadas; dentro da família, o mundo do homem se separa do da mulher, o que é exemplificado pelo padrão de duplo comportamento. A valorização e o significado deste padrão implicam na existência de subordinação da mulher ao homem, o que é reforçado pelo reconhecimento da existência geral do patriarcalismo. Não esquecer que este significa, também, total subordinação das gerações ao patriarca" (pp. 39/40). Como as famílias brasileiras tradicionais, em razão da colonização, foram formadas a partir das estruturas de parentesco do mundo mediterrâneo, Lia Fukui recorre às formulações de Germaine Tillion a respeito destas últimas (1). Verificando não existir grandes discrepâncias entre as conclusões de Tillion e aquelas estabelecidas a partir da análise da literatura existente sobre a família brasileira, decide-se Lia Fukui pela verificação da seguinte hipótese de trabalho: a família do sítio tradicional deve apresentar as mesmas características já assinaladas e, em princípio, válidas para todos os níveis da sociedade brasileira (pp. 39/40).

Quanto à análise do parentesco propriamente dito, a autora parte do estudo da terminologia das normas do Direito Civil e do Direito Canônico, compulsando também os trabalhos dos geneticistas, terminando por concluir que o parentesco brasileiro é bilinear na terminologia, com forte tendência à consangüinidade e à patrilinearidade. Observa ainda que a endogamia é um traço de populações vivendo em gênero de vida tradicional e, finalmente, pressupõe que "...existe uma peculiaridade na estrutura e organização do grupo familiar nas camadas inferiores rurais, dado que as áreas de

---

(1) — Germaine Tillion — *Le Harem et les Cousins*. Paris, Seuil, 1966. Segundo esta autora, os traços que caracterizem a "sociedade dos primos", ou seja, as sociedades mediterrâneas tradicionais seriam: "endogamia, alta natalidade, orgulho familiar, separação do mundo do homem e da mulher, predileção pela vingança de sangue, filiação patrilinear, relações distantes e formais com o pai, relações efetivas e possessivas com a mãe, privilégios do filho mais velho. A subordinação da mulher ao homem é o traço dominante e determinante das características acima mencionadas" (Fukui, p. 238).

sítios onde predomina a população rústica têm maiores níveis de endogamia e que a literatura sócio-antropológica descreve um gênero de vida específico a esta parte da população” (p. 75).

A caracterização do gênero de vida da população rústica no meio rural brasileiro não oferece dificuldade à autora, pois são muitos e de excelente qualidade os trabalhos hoje existentes sobre este tema, indicando todos uma acentuada homogeneidade sócio-cultural apresentada pelos nossos bairros rurais. Partindo assim de um nível mais geral, chega a autora à descrição sistemática dos dados colhidos (e das técnicas empregadas na sua coleta) nos locais selecionados para a pesquisa — Laranjeiras, em São Paulo, e Santa Brígida, na Bahia —, indicando suas peculiaridades, utilizando as informações contidas no capítulo anterior como contraponto às próprias observações.

Descrevendo e analisando as áreas investigadas, Lia Fukui apreende e oferece ao leitor apenas e tão somente os dados e as informações indispensáveis à verificação da hipótese formulada no início do trabalho, evitando, dessa forma, incorrer nos equívocos inerentes aos clássicos “estudos de comunidade”. Assim, suas observações se concentram ora na família nuclear e em seus integrantes, ora na parentela e nas relações de compadrio, mas sem se esquecer das referências ao bairro em pauta e à sociedade envolvente.

Lia Fukui encerra o trabalho constatando que a comparação dos dados colhidos nas duas áreas pesquisadas com o padrão traçado por Tillion para as sociedades mediterrâneas clássicas permite as seguintes conclusões: patrilinearidade, endogamia, sentimento de parentela, separação do mundo do homem do da mulher (mas ao nível dos valores do que na prática), relações afetivas (mas não possessivas) com a mãe, seriam os traços encontrados entre os sítios tradicionais brasileiros, à semelhança das sociedades mediterrâneas clássicas. A autora não investiga a prática da vingança de sangue, mas supõe que ela também esteja presente entre as populações estudadas, assim como não dispõe de dados conclusivos sobre a alta natalidade dos sítios. Os traços que não foram encontrados seriam: a posição predominante do filho mais velho e as relações distantes e formais com o pai. Portanto, “. . . a família dos sítios brasileiros apresenta semelhança com a família mediterrânea cujo padrão foi delineado por Germaine Tillion. A diluição dos traços e a falta de rigidez fazem com que este tipo de família, pertencendo ao mesmo gênero estudado por aquela autora, se situe na parte oposta de um ‘continuum’, em que as famílias por ela estudadas (famílias árabes) se situam no pólo da maior vigência e rigidez dos traços” (pp. 242).

Assinala ainda a autora que a família do sítio brasileiro, comparada ao padrão da família brasileira tradicional, é nuclear e não extensa, predominando a autoridade gerontocrática, marcada pela posição paritária da mulher em relação ao homem, atuando o compadrio como reforço e sucedâneo do parentesco, não sendo evidente a autoridade patriarcal nem ao nível interno do grupo doméstico, nem ao nível das relações das famílias do bairro.

Finalmente, considerando a bibliografia especializada sobre o campesinato europeu ocidental, conclui Lia Fukui que o gênero de vida do camponês europeu apresenta

semelhanças com o estilo de vida dos sitiantes tradicionais no Brasil. Mais ainda, que é possível considerar estes últimos como um prolongamento daquilo que se poderia denominar camada camponesa européia.

Por várias razões — algumas indicadas nesta resenha, outras que só poderão ser verificadas mediante leitura cuidadosa da obra —, *Sertão e Bairro Rural* soluciona problemas até então apenas sugeridos por trabalhos anteriores. Serve ainda como exemplo ao “especialista” que insiste em erguer barreiras entre as diversas ciências sociais, movido talvez pelo temor de que possa ouvir de um pesquisador empoeirado e abatido pelo trabalho-de-campo o gentil cumprimento: Ei, irmão!

Renato da Silva Queiroz

\*

OTTO ZERRIES: *Unter Indianern Brasiliens. Sammlung Spix und Martius 1817-1820*. Introdução de Walter Raunig. Innsbruck/Frankfurt/M, Pinguin-Verlag/Umschau-Verlag, 1980. 282 p., 1 mapa, 104 pranchas, 17 figuras, bibliografia. (Sammlungen aus dem Staatlichen Museum für Völkerkunde München, Band 1).

Otto Zerries preparou durante 20 anos (1959-1979) os materiais para esse primeiro de catálogo da coleção etnográfica de Spix e Martius, obtida durante três anos de viagens no interior do Brasil no começo do século passado.

Como é do conhecimento de todos, a Áustria enviava em 1817, no séquito de D. Leopoldina, vários sábios ao Brasil, entre eles o naturalista Johann Natterer, responsável por uma coleção etnográfica reunida durante anos de excursões até 1835 e que se encontra no Museu de Etnologia de Viena. Na ocasião, o rei da Baviera obteve a autorização do governo austríaco para que zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius fossem incluídos na comitiva. Os dois vieram com instruções precisas da Academia de Ciências bávara para realizar observações de diversas ordens no Brasil. Até meados de 1818, viajando do Rio de Janeiro até Belém do Pará, via Minas, Bahia e Maranhão, os estudiosos tiveram apenas alguns raros encontros com índio Puri, Coroados e Botocudos. De agosto de 1819 a abril de 1820, porém, Spix e Martius realizaram uma viagem memorável pelos Amazonas e seus afluentes, entrando em contacto com tribos mal conhecidas até então. Martius partiu da barra do rio Negro, subiu o Japurá até a fronteira da atual Colômbia, de parando com índios Passé, Juri, Yumána, Coretu, Coeruna e Miranha; Spix seguiu Amazonas acima até Tabating junto aos limites peruanos, visitando os Mayoruna, Omágua e Tukuna, recolhendo entre estes as máscaras que constituem o ponto alto da coleção bávara. Subiu depois o rio Negro até Barcelos e, reunindo-se a Martius, seguiu com ele até os Munduruku e Mauhé, estabelecidos junto a um furo a leste da foz do Madeira. Os artefatos indígenas reunidos por ambos durante a viagem fazem parte do núcleo de coleções que deu origem ao Museu de Etnologia de Munique, fundado em 1868.